

PROTOCOLO GERAL  
DATA 03/09/25 às 10:30 min.  
Ass. *[assinatura]*

**Filipe Amorim**  
Coordenador de Protocolo  
Mat. 5021



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Publicação e posteriormente à  
Comissão de Constituição, Justiça  
e Redação.  
Em 09/09/2025  
DIRLEG-AL 3  
4

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 14, DE 26 DE AGOSTO DE 2025.**

Institui o Programa de transferência de renda  
e segurança alimentar do Estado do Tocantins  
- Programa AlimenTO.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória com força de Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Transferência de Renda e Segurança Alimentar do Estado do Tocantins - Programa AlimenTO.

Parágrafo único. O Programa AlimenTO insere-se no âmbito da Rede Estadual de Proteção Social Cuidar, cuja coordenação compete à Secretaria Extraordinária de Participações Sociais, nos termos do Decreto nº 6.901, de 3 de junho de 2025, integra a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e observará, em sua implementação:

- I - diretrizes do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN/TO, nos termos da Lei nº 2.400, de 14 de setembro de 2010;
- II - articulação com programas estaduais voltados à segurança alimentar e nutricional, especialmente com o Programa Alimenta Tocantins - PAT, instituído pela Lei nº 4.187, de 18 de julho de 2023, respeitada a natureza, a finalidade e a competência de execução de cada política pública.

**Art. 2º** São objetivos do Programa AlimenTO:

- I - melhorar as condições alimentares de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, mediante transferência de renda disponibilizada por cartão benefício;
- II - contribuir para a superação de situações de insegurança alimentar e nutricional, com respeito à dignidade e à autonomia das famílias;
- III - valorizar a economia local e solidária;
- IV - fomentar a articulação intersetorial entre políticas públicas;
- V - assegurar o direito humano à alimentação adequada e saudável.

**Art. 3º** São requisitos cumulativos para a elegibilidade das famílias ao Programa AlimenTO:



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- I - residência no Estado do Tocantins;
- II - inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, com dados atualizados nos últimos vinte e quatro meses;
- III - renda familiar per capita de até R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais);
- IV - inclusão, na composição familiar, de crianças de zero a seis anos de idade.

§1º Na hipótese de decretação de situação de emergência ou de calamidade pública, poderão ser definidos outros critérios de elegibilidade, conforme regulamento.

§2º O benefício previsto no Programa AlimenTO poderá ser percebido cumulativamente com outros programas sociais de transferência de renda, inclusive o Programa Bolsa Família.

**Art. 4º** Terão prioridade no acesso ao Programa AlimenTO as famílias que se enquadrem em uma ou mais das seguintes condições:

- I - maior número de crianças de zero a seis anos de idade;
- II - situação de insegurança alimentar e nutricional moderada ou grave, conforme classificação do CadÚnico;
- III - núcleo familiar chefiado por mulher;
- IV - inclusão de pessoas idosas ou com deficiência em sua composição.

**Art. 5º** O responsável familiar terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da disponibilização do cartão benefício, para efetuar o desbloqueio e iniciar sua utilização.

Parágrafo único. O descumprimento do prazo previsto no *caput* implicará o cancelamento automático do benefício e o estorno do respectivo valor à fonte de origem.

**Art. 6º** São hipóteses de desligamento de famílias do Programa AlimenTO:

- I - superação das condições de vulnerabilidade que fundamentaram a elegibilidade, nos termos dos arts. 3º e 4º;
- II - utilização do benefício em desacordo com sua finalidade, inclusive por meio de cessão, transferência ou uso por terceiros não autorizados;
- III - manifestação expressa de desligamento voluntário por parte do beneficiário;





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

IV – não retirada ou desbloqueio do cartão benefício no prazo de noventa dias, contados da disponibilização.

**Art. 7º** O Programa AlimenTO poderá incluir ações complementares voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional, tais como:

- I – oficinas de educação alimentar e nutricional;
- II – campanhas de conscientização sobre o combate ao desperdício de alimentos;
- III – capacitação para geração de renda e inclusão produtiva.

**Art. 8º** O Programa AlimenTO será operacionalizado mediante a entrega de cartão benefício com crédito mensal destinado exclusivamente à aquisição de alimentos em estabelecimentos locais, sendo vedada sua utilização para a compra de produtos não alimentícios.

§1º O valor mensal do benefício será definido em portaria da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

§2º A gestão do cartão benefício caberá ao agente financeiro designado pelo Estado, mediante sistema de controle e monitoramento.

§3º A concessão dos benefícios previstos nesta Medida Provisória tem caráter temporário e não gera direito adquirido, sendo necessária a manutenção dos requisitos de elegibilidade para o seu recebimento.

**Art. 9º** Para a consecução dos objetivos e a execução das ações do Programa AlimenTO, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social atuará em cooperação com órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual cujas atribuições sejam correlacionadas, observadas as competências previstas na Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, bem como com entes municipais, organizações da sociedade civil e entidades privadas, mediante a celebração de convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

**Art. 10.** A participação de municípios do Estado no Programa AlimenTO está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- I – formalização de termo de adesão;
- II – integração ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com adesão efetivada no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da adesão.

**Art. 11.** Compete à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social:



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- I – planejar, coordenar, implementar e monitorar, em articulação com a Rede Estadual de Proteção Social Cuidar, as ações do Programa;
- II – selecionar as famílias beneficiárias, com base nas informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico;
- III – realizar a avaliação contínua do Programa, com base em indicadores de impacto social e eficiência;
- IV – executar as despesas orçamentárias e financeiras vinculadas ao Programa;
- V – prestar contas dos recursos aplicados;
- VI – promover o acompanhamento do Programa em articulação com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Tocantins – CONSEA/TO;
- VII – fiscalizar a execução do Programa, podendo adotar mecanismos intersetoriais;
- VIII – promover campanhas de divulgação do Programa, em conjunto com os setores de comunicação do Governo do Estado.

**Art. 12.** Incumbe ao Secretário de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social adotar as providências e editar os atos necessários à implementação desta Medida Provisória.

**Art. 13.** As despesas decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP/TO, condicionadas à existência de dotações específicas na Lei Orçamentária Anual, que poderão ser suplementadas, se necessário.

**Art. 14.** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 26 dias do mês de agosto de 2025; 204º da Independência, 137º da República e 37º do Estado.

**WANDERLEI BARBOSA CASTRO**  
Governador do Estado